

Pouco depois de completadas duas semanas da decretação do programa de estabilização econômica, as negociações com os credores externos, ainda que preliminares, começam. Já está decidido que a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, chefeará a delegação brasileira à assembléia anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a ser aberta em 1º de abril em Montreal, no Canadá. Na viagem de retorno, a ministra fará uma escala em Washington, para encontro com altos funcionários do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do governo americano. É previsível que, durante a reunião do BID, ela possa vir a manter contatos pessoais ou por telefone com representantes de bancos internacionais.

O presidente Collor não forneceu detalhes sobre o teor dessas conversações iniciais, mas um fato é patente. O Brasil não vai negociar com base em programas de reajustamento impostos de fora para dentro nem discutir planos que o governo pretende colocar em execução para reordenar a economia, como suporte para entendimentos, quer com as instituições internacionais quer com os bancos credores

Negociação em novos termos

privados. O País já adotou um rigorosíssimo programa para combate à inflação, eliminando as distorções mais flagrantes da economia e impondo sacrifícios às empresas aqui instaladas e a milhões de cidadãos.

Além disso, trata-se de um programa praticamente irreversível e que conta com a aprovação de mais de 80% da população. O governo, como disse o presidente da República, está disposto a aceitar sugestões do Congresso, mas está igualmente preparado para utilizar toda a sua força política para que as medidas tomadas não sejam alteradas em sua essência.

Negociações presumem concessões. Mas é evidente que, da mesma forma que o governo não admite que o seu programa de ajuste interno seja afetado em sua integridade, a margem para acertos eventualmente propostos pelos credores internacionais deverá ser muito estreita. E, logicamente, um governo que rejeita, como inaceitável, a possibilidade

de o País mergulhar em uma recessão — esperando as autoridades que a retração dos negócios, em função do plano, seja transitória — não pode acatar propostas partidas de credores que possam vir a criar, agora ou no futuro, constrangimentos intransponíveis ao crescimento econômico.

Em termos práticos, isso significa que o Brasil não mais aceitará esquemas de reajustamento que o obriguem a produzir elevadíssimos saldos na balança comercial para remunerar a dívida externa. Em declarações feitas antes da posse, a ministra Zélia Cardoso de Mello afirmou que a intenção do governo é impor um limite para a remessa de juros ao exterior, fixado em relação ao Produto Interno Bruto (PIB). Nem ela nem o presidente Collor aludiram a esse ponto às vésperas do reinício das conversações com os credores, o que é compreensível. O presidente limitou-se a afirmar que a negociação será "vigorosíssima", presumindo-se que o governo nacional, que de-

monstrou vontade política para adotar um programa tão duro de ajustamento interno, também requeira uma contribuição compatível da parte dos bancos internacionais.

Se não houver condições para um acordo, a expectativa é de que tudo permaneça como está, ou seja, o País continue deixando em suspenso os pagamentos dos encargos sobre a dívida externa. Isso poderia levar a uma situação de antagonismo que tampouco interessa ao novo governo brasileiro ou aos credores. O melhor para todos é que se chegue a um entendimento construtivo e que a dívida possa ser negociada em termos socialmente aceitáveis para o País.

Temos a certeza de que as condições para isso existem. O governo lançou-se a uma luta sem tréguas contra a inflação, reformando inclusive o aparelho do Estado, tomou medidas para liberalizar as importações e acabar com as reservas de mercado e é francamente favorável à eliminação de restrições de modo a atrair o capital estrangeiro. Em suma, o País se orienta para a modernização de sua economia e não vemos por que uma posição rígida dos credores deva constituir um obstáculo para isso.